

Rosa dos ventos

MAURICIO DIAS



“Com um juiz acusador, nem Deus como advogado resolve”

(De J. R. Batochio, advogado de Lula, na ação de “exceção de suspeição” de Sergio Moro junto ao STF.)

Dallagnol pontifica: “Ninguém faz acordo se existe perspectiva melhor”



O pecado original de Moro

► **A obsessão de liquidar o PT e prender Lula complica o juiz e a discutível Lava Jato**

A Operação Lava Jato, maquinada pelo juiz Sergio Moro, da 14ª Vara Criminal de Curitiba (PR), e executada por procuradores da República e pela Polícia Federal, no 27º mês de existência, enfrenta obstáculos de um lado e de outro. Ora por boas razões, ora por maus propósitos. Essas são metas guiadas pelo objetivo de “estancar a sangria”, segundo a frase suspeita do senador Romero Jucá.

Em essência são dois movimentos iguais com objetivos distintos. Um reage para conter os arrufos de Moro nos limites da legalidade, o outro costura um acordo, conforme as delações indicam, para conter e guarnecer a liberdade de empresários, funcionários públicos e políticos envolvidos com propinas bilionárias. Para esse grupo é preciso estancar a Lava Jato. A qualquer preço.

Isso é possível? Os céticos dizem sim. Os confiantes dizem não. Invisível a olho nu, a Lava Jato está sob fogo cruzado e, mais do que isso, anda pressionada por inúmeras contradições internas, inesperadas, como aquela exposta há poucos dias pelo ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal.

Eis que Mello, decano do STF, bateu de frente com a interpretação conservadora da maioria da Corte. Recentemente essa maioria, pressionada pela crença da sociedade nas soluções discutíveis da Lava Jato, tornou como regra a prisão de réus em segundo grau. Ou seja, antes do trânsito em julgado.

O ministro, conservador, foi um dos quatro votos derrotados no STF, quando o tribunal tomou a decisão de condenar “à morte” o trânsito em julgado. Nesse caso, Mello aliou-se aos

juízes “garantistas”. Em princípio, são liberais.

Sergio Moro não gostou do voto de Celso de Mello. Pode-se afirmar isso, embora esse espetacular juiz de 1ª instância não tenha se manifestado publicamente. Até agora, pelo menos.

Falou sobre o caso, no entanto, o lépido procurador Deltan Dallagnol, coordenador das ações da Lava Jato, para quem a execução da pena em segundo grau não pode ser regra. Ela serve à delação premiada. Essa mudança “pode prejudicar a realização de acordos”, diz o procurador.

Dallagnol tem uma expectativa cruel quanto a isso. “O réu passa a ver o horizonte da impunidade como algo alcançável. Ninguém faz acordo, quando existe alternativa melhor do que o acordo.” Essa afirmação representa a falência da investigação policial, sem tortura psicológica ou física.

Como se sabe, não há histórico de punições dos criminosos de “colarinho-branco”. Os crimes, por aqui, são cometidos “apenas” por “pretos, pobres e prostitutas”, constatará aquele que voltar de uma visita ao sistema penitenciário.

A Operação Lava Jato, embora ainda não tenha liquidado Lula e o PT, já fez prisões inesperadas. Exceto na cúpula da política. Líderes do PMDB, com extensões do PSDB, são forças capazes de emperrar apurações do Ministério Público, comandado por Rodrigo Janot.

Não fosse uma ação originalmente comprometida politicamente, com auxílio luxuoso no Supremo, seria possível crer que a Lava Jato estivesse mudando hábitos centenários na Justiça brasileira.

Como pensa parte da sociedade. Aquela que, se pudesse, tosquiaría os petistas. Esse é o ponto.

É preciso acabar com o PT e inviabilizar a vantagem eleitoral de Lula para 2018. Antes disso, porém, é necessário prender suspeitos de hábitos sujos, e de colarinhos alvos para não tornar visível o complô.

Este é o pecado original da Lava Jato. Do juiz Sergio Moro.



Esverdeando I

Discretamente, o Exército voltou a ocupar espaços civis na Esplanada do Planalto, em Brasília, com a anuência do presidente interino, Michel Temer.

Influente mesmo, neste período de “temerismo”, tem sido o general Sérgio Etchegoyen, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Ele teria estimulado, por exemplo, a abertura de três vagas em julho, não previstas, para promoção de generais de quatro estrelas, o topo da carreira.

Etchegoyen conseguiu a revogação do decreto que atribuía ao ministro da Defesa, na gestão Aldo Rebelo, a assinatura das promoções de oficiais, à exceção dos generais.

Esverdeando II

Com a nomeação de Raul Jungmann, nas negociações políticas de Temer, ficou ainda mais exposta a pouca importância do Ministério da Defesa.

Trama-se, no meio militar, a nomeação de um general para a chefia do Gabinete

da Casa Civil, hoje sob o comando de Eliseu Padilha.

Essa intromissão é pouco provável, principalmente após a fracassada indicação de Sebastião Peternelli, general da reserva, para presidir a Funai. A reação negativa bloqueou o acesso do general ao ministério.

Desastrada indicação.

Voto municipal

A iniciativa do senador Renan Calheiros, sintonizada com o interino Michel Temer, no sentido de injetar dinheiro nas obras municipais inacabadas, é uma notória e corriqueira busca de votos.

O PMDB sempre viveu disso. Dispensa o que não tem: o programa político.

No caso de agora reforça o princípio, natural, de que é preciso recursos econômicos para convencer o eleitor. Não basta a prosopopeia no plano nacional.

Para o eleitor municipal não importa crises políticas ou econômicas. Importa o desempenho dos prefeitos.

O relógio marca

Atento ao desempenho dos meios de comunicação, o Manchetômetro, laboratório de estudos da mídia nacional (Lemep) da Uerj, registrou reportagem do *Jornal Nacional* sobre as privatizações do serviço público, pelas propostas douradas do governo interino de Michel Temer.

A notícia foi apresentada em 208 segundos de duração.

Desse total apenas 27 segundos são reservados à

informação de um ponto de vista crítico. O tempo restante é a favor.

“As grandes empresas têm o hábito de reivindicar neutralidade e equilíbrio”, anotam Márcia Rangel e João Feres Junior, do Lemep.

É um engodo. O Sistema Globo tem o direito de adotar a posição política que quiser.

Para isso não precisa falsear a verdade.

Ideologia

Thomaz Zanotto, chefe do Departamento de Relações Internacionais e Comércio da Fiesp, enfrentou a reação de grupos internacionais contra o golpe político no Brasil.

Zanotto, de passagem por Viena, Áustria, reagiu um tanto nervoso, aos protestos contra o interino Michel Temer. Carimbou a repulsa, “Fora Temer”, como reflexo de ideologia política.

Ideologia no Brasil, vista da direita, é uma propriedade da esquerda.

A direita, nos trópicos, parece ser apenas o resultado de uma simples manifestação da natureza.



O Barão plebeu

A reação progressista à UDN, expressão do reacionarismo nos anos 50 e início dos 60, propiciou uma das mais criativas frases do Barão de Itararé (1895-1971): “O homem primitivo era um udenista”.

A frase foi colhida durante um jantar do Barão com o advogado Hermes Lima, registrada no livro *Travessia - Memórias*. Lima, ministro do STF cassado pela ditadura, considerava o Barão um nobre sem castelo e sem latifúndio. O humorista mais mal-humorado do Brasil.

mauriciodias@cartacapital.com.br